



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais **que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico**, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): UPA – Unidade de Pronto Atendimento

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS OU MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

Lei 14.133/21, Artigo 5, § 1º: *"As contratações públicas devem ser processadas e julgadas com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A necessidade de contratação para a aquisição de materiais farmacológicos, conforme descrito no Termo de Referência, é justificada pela Lei 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito da Administração Pública. A aquisição de uma ampla variedade de medicamentos em diferentes formas de apresentação é essencial para atender às necessidades de saúde pública, garantindo a disponibilidade de tratamentos adequados para a população. De acordo com o Art. 6º da Lei 14.133/21, é fundamental que a administração pública garanta a obtenção de meios que assegurem a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, o que inclui a aquisição de insumos essenciais como medicamentos. Além disso, o Art. 8º enfatiza a necessidade de definição precisa



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

do objeto do contrato, o que está claramente delineado no Termo de Referência com especificações detalhadas de quantidade, concentração e via de administração para cada item farmacológico. Alternativas de mercado para a aquisição de medicamentos incluem a possibilidade de realizar compras centralizadas por meio de consórcios públicos, o que pode oferecer vantagens como redução de custos e maior poder de negociação. Outra alternativa seria a realização de parcerias público-privadas, especialmente para o desenvolvimento e fornecimento de medicamentos específicos. No entanto, essas alternativas podem apresentar desvantagens como menor controle sobre a qualidade dos produtos e possíveis atrasos devido à complexidade das negociações e acordos contratuais. Portanto, a contratação proposta é justificada pela necessidade de garantir o acesso contínuo a medicamentos essenciais para a saúde pública, conforme estabelecido pela Lei 14.133/21, e pela especificação detalhada do objeto, que visa assegurar a eficácia e segurança no tratamento de diversas condições de saúde.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

O presente estudo técnico preliminar é elaborado com base na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública. O objeto deste termo de referência é o registro de preços para eventual e futura aquisição de material farmacológico, conforme detalhado na descrição dos itens, que inclui uma ampla variedade de medicamentos em diferentes formas de apresentação, como solução injetável, comprimidos, loção tópica, frasco-ampola e uso externo, com especificações detalhadas de quantidade, concentração e via de administração para cada item. De acordo com o art. 9º da Lei 14.133/2021, é essencial que o planejamento da contratação seja realizado de forma a atender ao princípio da eficiência e ao interesse público, garantindo-se a obtenção de proposta mais vantajosa para a administração. Além disso, o art. 21 da mesma lei estabelece que o termo de referência ou projeto básico deve conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração, diante de orçamento detalhado, definindo os métodos, estratégia de suprimento, o prazo de execução e as sanções para o caso de inadimplemento. A descrição detalhada dos itens, como apresentada, permite uma avaliação clara e objetiva das necessidades do órgão,



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

facilitando a análise de propostas e a execução contratual. É importante que, durante o processo de licitação, sejam observados os critérios de sustentabilidade, conforme o art. 12 da Lei 14.133/2021, que incentiva a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas. Além disso, conforme o art. 40 da Lei 14.133/2021, a administração deve promover a ampla pesquisa de preços, que pode ser realizada por meio de diversos procedimentos, como consulta ao mercado, publicações especializadas, contratações similares de outros entes públicos, entre outros, garantindo que os preços registrados estejam compatíveis com os praticados no mercado. Este estudo técnico preliminar, portanto, serve como base para a elaboração de um processo de licitação que atenda às necessidades do órgão de forma eficiente e econômica, respeitando os princípios da administração pública e as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Natureza da Contratação:

O presente estudo técnico preliminar tem como objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de material farmacológico, conforme descrito no Termo de Referência. A aquisição contempla uma variedade de medicamentos em diversas formas de apresentação, como solução injetável, comprimidos, loção tópica, frasco-ampola e uso externo, com especificações detalhadas de quantidade, concentração e via de administração para cada item. A natureza desta contratação é a aquisição de insumos essenciais para atender às necessidades de saúde pública, garantindo a disponibilidade de medicamentos essenciais para tratamentos e intervenções médicas diversas. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, estabelece que as contratações públicas devem assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, seleção da proposta mais vantajosa para a administração e promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Para a modalidade de licitação, considerando a natureza e a característica do objeto, a Lei nº 14.133/2021 sugere a utilização do pregão, especialmente na forma eletrônica, por ser mais adequada para aquisição de bens comuns como os medicamentos listados, conforme Art. 28 da referida lei. O planejamento da contratação deve seguir os princípios de eficiência e economicidade,



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

garantindo que os medicamentos adquiridos atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e que o processo de aquisição promova a ampla competitividade, conforme Art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, é fundamental que o processo de licitação seja conduzido de forma transparente, com ampla publicidade e acesso às informações por parte dos fornecedores e da sociedade em geral, garantindo assim a integridade do processo licitatório e a adequada aplicação dos recursos públicos, conforme Art. 49 da Lei nº 14.133/2021. Este estudo técnico preliminar serve como base para a elaboração do edital de licitação, assegurando que todos os requisitos legais e técnicos sejam contemplados para a efetiva realização da contratação pública, visando atender às necessidades de saúde pública de forma eficaz e eficiente.

5.2. Duração Inicial do Contrato:

Conforme a Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos, em regra, não poderá exceder 5 anos, incluindo as prorrogações. No entanto, há exceções em que a duração dos contratos pode ser estendida, como nos casos de contratos de prestação de serviços contínuos ou de fornecimento de bens e insumos, que podem ser prorrogados de acordo com a necessidade e a justificativa técnica apresentada, desde que não ultrapassem o limite de 10 anos. Essas prorrogações devem ser justificadas e fundamentadas detalhadamente, demonstrando-se a vantagem para a administração e observando-se os limites legais estabelecidos.

5.3. Critérios de Sustentabilidade:

A duração inicial dos contratos de aquisição de materiais e serviços, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, é de até 5 anos, incluindo possíveis prorrogações. Essas prorrogações devem ser justificadas pelo gestor da contratação e são permitidas desde que a soma do período inicial com as prorrogações não exceda o limite de 10 anos, conforme o artigo 89 da Lei 14.133/2021. É importante ressaltar que cada prorrogação deve ser devidamente justificada e fundamentada nos termos da lei, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e atendimento das necessidades da administração pública.

5.4. Transição Contratual:

Conforme a Lei 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos será vinculada à necessidade de entrega do objeto ou à prestação dos serviços. Os contratos de fornecimento de bens podem ser prorrogados se houver justificativa baseada na vantagem para a administração e desde que isso seja expressamente previsto no instrumento convocatório, conforme o artigo 75, incisos I e II da Lei 14.133/2021. Para contratos de aquisição de materiais, como o descrito para aquisição de materiais farmacológicos, a duração inicial geralmente segue o prazo de execução ou entrega estipulado no edital. A Lei 14.133/2021 permite a prorrogação desses contratos, desde que haja previsão no edital e que a prorrogação seja justificada pela administração pública, conforme o artigo 75, §1º e §2º. Portanto, para o caso em questão, o contrato inicialmente seguirá o prazo estipulado no edital para entrega dos materiais farmacológicos. Caso haja necessidade e previsão no edital, esse prazo pode ser prorrogado, respeitando-se os limites e condições estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

5.5. Relevância dos requisitos estipulados:

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos deve observar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, exceto nos casos de contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que podem ser prorrogados por até 120 meses (Art. 75, I e II). A prorrogação dos contratos depende de termo aditivo e deve ser justificada pela necessidade de continuidade do serviço, observando-se a legislação vigente sobre a matéria.

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DO SERVIÇO

Item	Qtde	Descrição	Concentração	Apresentação
1.	300	ACETILCISTEÍNA	100 MG/ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM/INAL
2.	150	ACETILCISTEINA FRASCO	20 MG/ML	FRASCO 120 ML VIA: ORAL
3.	4.000	ACIDO ACETILSALICÍLICO	100 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
4.	2.000	ÁCIDO TRANEXAMICO	50 MG/ML	AMPOLA 5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
5.	500	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS VITAMINA A E LECITINA DE SOJA	-	LOÇÃO TÓPICA 100ML USO EXTERNO
6.	500	ADENOSINA	3 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
7.	2.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 250ML VIA: EV/INALATORIA
8.	1.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 500ML VIA: EV/INALATORIA
9.	1.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 1000ML VIA: EV/INALATORIA
10.	60.000	ÁGUA PARA INJEÇÃO	-	AMPOLA DE 10 ML
11.	5.000	AMICACINA	250 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
12.	200	AMIODARONA	200 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
13.	2.000	AMIODARONA, CLORIDRATO	50 MG/ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
14.	2.000	ANLODIPINA	ANLODIPINA	COMPRIMIDO VIA: ORAL
15.	1.000	ATENOLOL	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
16.	1.000	ATRACURIO, BESILATO	10 MG/ML	AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
17.	500	ATROPINA, SULFATO	0,25 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
18.	3.000	AZITROMICINA	500 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
19.	4.000	BETAMETASONA, ACETATO +BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO	3 + 3 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM

20.	1.000	BICARBONATO DE SÓDIO	8,40%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
21.	400	BICARBONATO DE SÓDIO	8,40%	FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO – SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
22.	35.000	BROMOPRIDA	10 MG/ML	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM/EV
23.	100	BROMOPRIDA	4 MG/ML	FRASCO 20 ML GOTAS VIA; ORAL
24.	9.000	CAPTOPRIL	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
25.	200	CARVÃO ATIVADO		PACOTE 25 GR PÓ VIA: ORAL
26.	900	CARVEDILOL	3,125 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
27.	1.000	CEFALOTINA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV/IM
28.	10.000	CEFTRIAXONA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV
29.	1.000	CEFTRIAXONA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: IM
30.	3.000	CEFEPIMA; CLORIDRATO	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV/IM
31.	100	CETOPROFENO EV	100 MG	FRASCO – AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
32.	8.000	CETOPROFENO; IM	50 MG/ML	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
33.	1.500	CINARIZINA	75 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
34.	5.000	CLINDAMICINA, FOSFATO	150 MG/ML	AMPOLA 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
35.	7.000	CLONIDINA, CLORIDRATO	0,150 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
36.	5.000	CLOPIDOGREL	75 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
37.	5.000	CLORETO DE POTASSIO;	19,10%	AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
38.	80.000	CLORETO DE SÓDIO	0,90%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
39.	4.000	CLORETO DE SÓDIO	20%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV

40.	40.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
41.	30.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
42.	1.200	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	FRASCO DE 250 ML COM BICO GOTEJADOR; VIA INALATÓRIA
43.	30.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
44.	20.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 1.000ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
45.	10.000	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + DIMENIDRINATO	50 MG/ML +50MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
46.	600	CLORIDRATO DE TIAMINA	100 MG/ML	AMPOLA 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
47.	100	DESLANOSÍDEO	0,2 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
48.	1.000	DEXAMETASONA	4 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
49.	20.000	DEXAMETASONA	4 MG/ML	AMPOLA 2,5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
50.	500	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO	0,4 MG/ML	FRASCO 100ML XAROPE VIA: ORAL
51.	100	DICLOFENACO RESINATO	15 MG/ML	FRASCO – 20 ML GOTAS VIA: ORAL
52.	30.000	DICLOFENACO SÓDICO	75 MG/3ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
53.	100	DIGOXINA	0,25MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
54.	800	DIPIRONA GOTAS	500 MG/ML	FRASCO – 10 ML VIA: ORAL
55.	70.000	DIPIRONA MONOIDRATADA	500 MG/ML (1G)	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
56.	1.000	ENALAPRIL; MALEATO	10 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
57.	6.000	ENOXAPARINA	40 MG/0,4 ML	SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBCUTÂNEA/ INTRAVENOSA
58.	3.000	EPINEFRINA, HEMITARTARATO	1 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM/SC

59.	20.000	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO	20 MG/ML	AMPOLA 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
60.	1.000	ESPIRONOLACTONA	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
61.	10.000	FENTANILA, CITRATO	500 MCG/ML	FRASCO AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
62.	2.000	FITOMENADIONA (VITAMINA K1)	10 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM/SC
63.	12.000	FUROSEMIDA	10 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
64.	500	GENTAMICINA, SULFATO	80 MG	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
65.	100	GLIBENCLAMIDA	5 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
66.	2.000	GLICERINA (CLISTEROL)	12%	FRASCO 500ML SOLUÇÃO PARA ENTEROCLISMA VIA: RETAL
67.	2.000	GLICOSE	5%	BOLSA 100ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
68.	5.000	GLICOSE	5%	BOLSA 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
69.	7.000	GLICOSE	5%	BOLSA 500ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
70.	1.000	GLICOSE	25%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
71.	15.000	GLICOSE	50%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
72.	500	GLUCONATO DE CÁLCIO	10%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
73.	200	HEPARINA SODICA	5000 UI	FRASCO AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
74.	4.000	HEPARINA SODICA; SC	0,25 ML 5000 UI	AMPOLA 0,25 ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: SC
75.	1.000	HIDRALAZINA	50 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
76.	100	HIDRALAZINA, CLORIDRATO	20 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
77.	1.000	HIDROCLOROTIAZIDA	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL

78.	15.000	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO	100 MG	FRASCO/AMPOLA PÓ INJETÁVEL VIA:EV/IM
79.	500	HIDROXIDO DE ALUMINIO	60 MG/ML	FRASCO 240 ML
80.	2.000	IBUPROFENO	50 MG/ ML	FRASCO – 30 ML GOTAS VIA: ORAL
81.	50	INSULINA HUMANA NPH	100 UI/ML	FRASCO/AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: SC
82.	50	INSULINA HUMANA REGULAR	100UI/ML	FRASCO/AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/SC
83.	800	IPRATROPIO, BROMETO	0,250 MG/ML	FRASCO – 20 ML GOTAS
84.	600	ISOSSORBIDA, DINITRATO	5 MG	COMPRIMIDO – VIA: SUBLINGUAL
85.	600	ISOSSORBIDA, MONONITRATO	40 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
86.	300	LACTULOSE	667 MG/ML	FRASCO - 120 ML
87.	12	LIDOCAINA	10%	FRASCO – 50 ML SPRAY
88.	1.500	LIDOCAÍNA GELEIA 2%	20 MG/G	BISNAGA 30G COM BICO APLICADOR
89.	1.500	LIDOCAÍNA S/VASO	2%	FRASCO – 20 ML
90.	1.000	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO	2%	ESTERIL - SERINGA PREENCHIDA 10 GR
91.	5.000	LOSARTANA	50 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
92.	500	MAGNÉSIO, SULFATO	10%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
93.	200	MANITOL	20%	FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
94.	300	METFORMINA	850 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
95.	100	METILDOPA	250 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
96.	4.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO	5MG/ML (10MG)	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM

97.	300	METOPROLOL, TARTARATO	1MG/ML	AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
98.	1.000	METOPROLOL, SUCCINATO	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
99.	500	NEOMICINA, SULFATO DE + BACITRACINA	5 MG + 250 UI	POMADA DERMATOLÓGICA TUBO 15 GR
100.	800	NIFEDIPINA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
101.	100	NIMODIPINA	30 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
102.	50	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	100.000UI/G+ 200MG/G	BISNAGA 60G POMADA DERMATOLÓGICA VIA: TÓPICA
103.	200	NITROGLICERINA	50MG	AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL VIA: EV
104.	200	NITROPRUSSETO DE SÓDIO	25 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
105.	3.000	NOREPINEFRINA HEMITARTARATO	2 MG/ML	AMPOLA 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
106.	4.000	OMEPRAZOL	20 MG	COMPRIMIDO - VIA: ORAL
107.	3.000	OMEPRAZOL SÓDICO	40 MG	FRASCO/AMPOLA – PÓ LIÓFILO VIA: EV
108.	8.000	ONDANSETRONA	2 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
109.	1.000	PARACETAMOL	200 MG/ML	FRASCO – 15 ML GOTAS VIA:ORAL
110.	2.000	PARACETAMOL	500 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
111.	400	PREDNISOLONA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
112.	300	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO	3 MG/ML	FRASCO 60ML SOLUÇÃO ORAL. VIA: ORAL
113.	500	PREDNISONA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como

				determina a RDC ANVISA 80/2006
114.	1.000	PROMETAZINA	25 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
115.	5.000	PROMETAZINA, CLORIDRATO DE;	50 MG (25 MG/ML)	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
116.	600	PROPANOLOL	40 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
117.	150	PROXIMETACAINA; CLORIDRATO	5 MG/ML	FRASCO 5 ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL. VIA: TÓPICA OCULAR
118.	4.000	RINGER LACTATO		BOLSA 500ML SISTEMA FECHADO VIA:EV
119.	200	RIVAROXABANA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
120.	200	RETINOL (ACETATO), AMINOÁCIDOS, METIONINA, CLORANFENICOL	10.000 UI%, 2,5% 0,5%, 0,5%	BISNAGA 3,5G - POMADA OFTÁLMICA
121.	1.000	SINVASTATINA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
122.	500	SUXAMETÔNIO, CLORETO	100 MG	PÓ INJETÁVEL VIA: EV/IM
123.	1.000	TANSULOSINA, CLORIDRATO	0,4 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
124.	50	TETRACAÍNA, CLORIDRATO + FENILEFRINA, CLORIDRATO	1% + 0,1%	FRASCO 10ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL. VIA: TÓPICA OCULAR

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado foi realizado com informações de empresas que fornecem medicamentos, fármacos e materiais de consumo hospitalar para órgãos públicos da região de Assis, estado de São Paulo. A solução encontrada foi a realização de pregão



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

eletrônico, via registro de preços, a fim de atender as demandas pertinentes de forma ágil e célere.

8. ESTIMATIVA DE PREÇO DO SERVIÇO

De acordo com tabela em anexo, juntamente com os orçamentos regularizados, a presente contratação tem o valor estimado de R\$ 4.764.326,17 (quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e dezessete centavos).

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme a Lei 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos será vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quando se tratar de projetos contemplados em planos plurianuais, de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, de aluguéis de equipamentos e de utilização de programas de informática, podendo nestes casos ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, e, excepcionalmente, até o limite de 120 meses, no caso de aluguéis de equipamentos e de utilização de programas de informática, desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório (Art. 89 da Lei 14.133/2021). Para contratos de prestação de serviços de natureza contínua, como é o caso da aquisição de materiais farmacológicos para atendimento contínuo às necessidades de saúde, a Lei permite a prorrogação conforme mencionado, visando a continuidade do serviço sem interrupções que poderiam prejudicar o atendimento às necessidades públicas.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DO SERVIÇO

O objeto do presente Termo de Referência é o registro de preços para eventual e futura aquisição de material farmacológico, incluindo uma ampla variedade de medicamentos em diferentes formas de apresentação, como solução injetável, comprimidos, loção tópica, frasco-ampola e uso externo, com especificações detalhadas de quantidade,



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

concentração e via de administração para cada item. A Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conforme o Art. 75 da Lei 14.133/2021, o parcelamento do objeto a ser licitado é uma exigência sempre que tecnicamente viável e oportuno, visando a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala. A duração dos contratos regidos pela Lei 14.133/2021 deve observar o princípio da execução imediata e a eficiência e será de até 5 anos, incluindo as prorrogações. As prorrogações podem ser justificadas pela vantajosidade da extensão do vínculo contratual em relação às condições inicialmente pactuadas, conforme Art. 89 da mesma lei. No contexto do Termo de Referência para aquisição de material farmacológico, o parcelamento do objeto pode ser justificado pela necessidade de garantir a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais para atendimento das demandas de saúde, sem interrupções, e pela possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos e gestão eficiente dos estoques. A duração do contrato, inicialmente de até 5 anos, com possibilidade de prorrogação, permite adequação às necessidades programáticas e orçamentárias, além de ajustes conforme a evolução das necessidades de saúde pública.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos será vinculada à necessidade de entrega dos bens ou à prestação dos serviços. Os contratos de fornecimento de bens podem ser prorrogados para atender às necessidades contínuas da administração, desde que isso seja devidamente justificado e não exceda o prazo máximo de 60 meses, conforme o artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021. Além disso, em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo pode ser prorrogado por até 12 meses adicionais, totalizando um prazo máximo de 72 meses. No caso específico do Termo de Referência para a aquisição de materiais farmacológicos, a duração do contrato deve ser alinhada com a periodicidade de necessidade de reposição dos estoques desses

materiais, considerando a validade e o consumo estimado. É essencial que a administração avalie a frequência de uso e a vida útil dos medicamentos para estabelecer um período de contrato que garanta a disponibilidade contínua sem haver excesso que possa levar a desperdícios. Portanto, a duração inicial do contrato deve ser estabelecida com base na análise de consumo anterior e projeções de uso futuro, sempre respeitando o limite máximo estabelecido pela lei. A prorrogação do contrato, se necessária, deve ser justificada e documentada conforme os critérios legais, garantindo assim a conformidade com a Lei 14.133/2021 e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Conforme a Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos deve observar o princípio da anualidade, podendo ser prorrogados se houver previsão no instrumento convocatório e no contrato, desde que a prorrogação seja devidamente justificada e vantajosa para a administração pública. A duração inicial dos contratos de fornecimento de bens de consumo pode ser de até 12 meses, prorrogáveis nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação pode ocorrer por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme estabelecido no art. 75, §3º da mesma lei.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

A duração inicial dos contratos de aquisição de materiais farmacológicos, como descrito no Termo de Referência, deve ser estabelecida com base na Lei 14.133/21. Conforme o Art. 75 da Lei 14.133/21, os contratos administrativos de fornecimento de bens e serviços podem ter duração de até 5 anos, incluindo eventuais prorrogações. Além disso, o Art. 76 permite a prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos e de fornecimento de bens por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses. Para contratos específicos como o de fornecimento de materiais farmacológicos, é crucial



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

considerar a natureza do objeto contratado, a estabilidade dos preços no mercado e a necessidade de garantir o abastecimento contínuo sem interrupções, que poderiam afetar adversamente a prestação de serviços de saúde. Portanto, a duração do contrato deve ser cuidadosamente avaliada para assegurar que atenda tanto às necessidades administrativas quanto às exigências legais. A prorrogação do contrato deve ser justificada no processo administrativo, conforme o Art. 78 da Lei 14.133/21, que exige que a prorrogação seja precedida de justificativa que indique a vantagem para a administração pública e a manutenção das condições inicialmente pactuadas. Assim, recomenda-se que a administração realize uma análise detalhada da performance do fornecedor e das condições de mercado antes de decidir pela prorrogação do contrato. Em resumo, a duração inicial do contrato deve ser estabelecida com base na análise das necessidades específicas do objeto contratado e das condições de mercado, respeitando o limite máximo de 60 meses com possibilidade de prorrogações, desde que devidamente justificadas e vantajosas para a administração pública.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(X) **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante

() **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Eduardo Aparecido de Souza

Nivaldo Aparecido de Melo

Chefe de Sessão

Coordenador Administrativo

Juliana S De Nigris Batista

Chefe de Sessão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA

2.1. Aquisição de materiais farmacológicos, incluindo uma ampla variedade de medicamentos em diferentes formas de apresentação como solução injetável, comprimidos, loção tópica, frasco-ampola, e uso externo, com especificações detalhadas de quantidade, concentração e via de administração para cada item.

Item	Qtde	Descrição	Concentração	Apresentação
1.	300	ACETILCISTEÍNA	100 MG/ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM/INAL
2.	150	ACETILCISTEINA FRASCO	20 MG/ML	FRASCO 120 ML VIA: ORAL
3.	4.000	ACIDO ACETILSALICÍLICO	100 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
4.	2.000	ÁCIDO TRANEXAMICO	50 MG/ML	AMPOLA 5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
5.	500	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS VITAMINA A E LECITINA DE SOJA	-	LOÇÃO TÓPICA 100ML USO EXTERNO
6.	500	ADENOSINA	3 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
7.	2.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 250ML VIA: EV/INALATORIA
8.	1.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 500ML VIA: EV/INALATORIA
9.	1.000	ÁGUA DESTILADA	-	FRASCO 1000ML VIA: EV/INALATORIA
10.	60.000	ÁGUA PARA INJEÇÃO	-	AMPOLA DE 10 ML
11.	5.000	AMICACINA	250 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
12.	200	AMIODARONA	200 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
13.	2.000	AMIODARONA, CLORIDRATO	50 MG/ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV

14.	2.000	ANLÓDIPINA	ANLÓDIPINA	COMPRIMIDO VIA: ORAL
15.	1.000	ATENÓLOL	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
16.	1.000	ATRACURIO, BESILATO	10 MG/ML	AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
17.	500	ATROPINA, SULFATO	0,25 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
18.	3.000	AZITROMICINA	500 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
19.	4.000	BETAMETASONA, ACETATO +BETAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO	3 + 3 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
20.	1.000	BICARBONATO DE SÓDIO	8,40%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
21.	400	BICARBONATO DE SÓDIO	8,40%	FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO – SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
22.	35.000	BROMOPRIDA	10 MG/ML	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM/EV
23.	100	BROMOPRIDA	4 MG/ML	FRASCO 20 ML GOTAS VIA; ORAL
24.	9.000	CAPTÓPRIL	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
25.	200	CARVÃO ATIVADO		PACOTE 25 GR PÓ VIA: ORAL
26.	900	CARVEDILOL	3,125 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
27.	1.000	CEFALOTINA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV/IM
28.	10.000	CEFTRIAXONA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV
29.	1.000	CEFTRIAXONA	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: IM
30.	3.000	CEFEPIMA; CLORIDRATO	1000 MG/ML	FRASCO – AMPOLA VIA: EV/IM
31.	100	CETOPROFENO EV	100 MG	FRASCO – AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
32.	8.000	CETOPROFENO; IM	50 MG/ML	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM

33.	1.500	CINARIZINA	75 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
34.	5.000	CLINDAMICINA, FOSFATO	150 MG/ML	AMPOLA 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
35.	7.000	CLONIDINA, CLORIDRATO	0,150 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
36.	5.000	CLOPIDOGREL	75 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
37.	5.000	CLORETO DE POTASSIO;	19,10%	AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
38.	80.000	CLORETO DE SÓDIO	0,90%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
39.	4.000	CLORETO DE SÓDIO	20%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
40.	40.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
41.	30.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
42.	1.200	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	FRASCO DE 250 ML COM BICO GOTEJADOR; VIA INALATÓRIA
43.	30.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
44.	20.000	CLORETO DE SÓDIO (SOLUÇÃO FISIOLÓGICA)	0,90%	BOLSA/FRASCO 1.000ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
45.	10.000	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + DIMENIDRINATO	50 MG/ML +50MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
46.	600	CLORIDRATO DE TIAMINA	100 MG/ML	AMPOLA 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
47.	100	DESLANOSÍDEO	0,2 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
48.	1.000	DEXAMETASONA	4 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
49.	20.000	DEXAMETASONA	4 MG/ML	AMPOLA 2,5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
50.	500	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO	0,4 MG/ML	FRASCO 100ML XAROPE VIA: ORAL
51.	100	DICLOFENACO RESINATO	15 MG/ML	FRASCO – 20 ML GOTAS VIA: ORAL
52.	30.000	DICLOFENACO SÓDICO	75 MG/3ML	AMPOLA 3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
53.	100	DIGOXINA	0,25MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
54.	800	DIPIRONA GOTAS	500 MG/ML	FRASCO – 10 ML VIA: ORAL
55.	70.000	DIPIRONA MONOIDRATADA	500 MG/ML (1G)	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM

56.	1.000	ENALAPRIL; MALEATO	10 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
57.	6.000	ENOXAPARINA	40 MG/0,4 ML	SOLUÇÃO INJETAVEL SUBCUTÂNEA/ INTRAVENOSA
58.	3.000	EPINEFRINA, HEMITARTARATO	1 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM/SC
59.	20.000	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO	20 MG/ML	AMPOLA 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
60.	1.000	ESPIRONOLACTONA	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
61.	10.000	FENTANILA, CITRATO	500 MCG/ML	FRASCO AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
62.	2.000	FITOMENADIONA (VITAMINA K1)	10 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM/SC
63.	12.000	FUROSEMIDA	10 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
64.	500	GENTAMICINA, SULFATO	80 MG	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
65.	100	GLIBENCLAMIDA	5 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
66.	2.000	GLICERINA (CLISTEROL)	12%	FRASCO 500ML SOLUÇÃO PARA ENTEROCLISMA VIA: RETAL
67.	2.000	GLICOSE	5%	BOLSA 100ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
68.	5.000	GLICOSE	5%	BOLSA 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
69.	7.000	GLICOSE	5%	BOLSA 500ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
70.	1.000	GLICOSE	25%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
71.	15.000	GLICOSE	50%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
72.	500	GLUCONATO DE CÁLCIO	10%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
73.	200	HEPARINA SODICA	5000 UI	FRASCO AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
74.	4.000	HEPARINA SODICA; SC	0,25 ML 5000 UI	AMPOLA 0,25 ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: SC
75.	1.000	HIDRALAZINA	50 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
76.	100	HIDRALAZINA, CLORIDRATO	20 MG/ML	AMPOLA 1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
77.	1.000	HIDROCLOROTIAZIDA	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
78.	15.000	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO	100 MG	FRASCO/AMPOLA PÓ INJETÁVEL VIA:EV/IM

79.	500	HIDROXIDO DE ALUMINIO	60 MG/ML	FRASCO 240 ML
80.	2.000	IBUPROFENO	50 MG/ ML	FRASCO – 30 ML GOTAS VIA: ORAL
81.	50	INSULINA HUMANA NPH	100 UI/ML	FRASCO/AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: SC
82.	50	INSULINA HUMANA REGULAR	100UI/ML	FRASCO/AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/SC
83.	800	IPRATROPIO, BROMETO	0,250 MG/ML	FRASCO – 20 ML GOTAS
84.	600	ISOSSORBIDA, DINITRATO	5 MG	COMPRIMIDO – VIA: SUBLINGUAL
85.	600	ISOSSORBIDA, MONONITRATO	40 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
86.	300	LACTULOSE	667 MG/ML	FRASCO - 120 ML
87.	12	LIDOCAINA	10%	FRASCO – 50 ML SPRAY
88.	1.500	LIDOCAÍNA GELEIA 2%	20 MG/G	BISNAGA 30G COM BICO APLICADOR
89.	1.500	LIDOCAÍNA S/VASO	2%	FRASCO – 20 ML
90.	1.000	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO	2%	ESTERIL - SERINGA PREENCHIDA 10 GR
91.	5.000	LOSARTANA	50 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
92.	500	MAGNÉSIO, SULFATO	10%	AMPOLA 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
93.	200	MANITOL	20%	FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO VIA: EV
94.	300	METFORMINA	850 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
95.	100	METILDOPA	250 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
96.	4.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO	5MG/ML (10MG)	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV/IM
97.	300	METOPROLOL, TARTARATO	1MG/ML	AMPOLA 5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
98.	1.000	METOPROLOL, SUCCINATO	25 MG	COMPRIMIDO VIA: ORAL
99.	500	NEOMICINA, SULFATO DE + BACITRACINA	5 MG + 250 UI	POMADA DERMATOLÓGICA TUBO 15 GR

100.	800	NIFEDIPINA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
101.	100	NIMODIPINA	30 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
102.	50	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	100.000UI/G+ 200MG/G	BISNAGA 60G POMADA DERMATOLÓGICA VIA: TÓPICA
103.	200	NITROGLICERINA	50MG	AMPOLA 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL VIA: EV
104.	200	NITROPRUSSETO DE SÓDIO	25 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
105.	3.000	NOREPINEFRINA HEMITARTARATO	2 MG/ML	AMPOLA 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: EV
106.	4.000	OMEPRAZOL	20 MG	COMPRIMIDO - VIA: ORAL
107.	3.000	OMEPRAZOL SÓDICO	40 MG	FRASCO/AMPOLA – PÓ LIÓFILO VIA: EV
108.	8.000	ONDANSETRONA	2 MG/ML	AMPOLA 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL
109.	1.000	PARACETAMOL	200 MG/ML	FRASCO – 15 ML GOTAS VIA:ORAL
110.	2.000	PARACETAMOL	500 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
111.	400	PREDNISOLONA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
112.	300	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO	3 MG/ML	FRASCO 60ML SOLUÇÃO ORAL. VIA: ORAL
113.	500	PREDNISONA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
114.	1.000	PROMETAZINA	25 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL Apresentação em Blister Fracionado, com Princípio Ativo, Lote e Validade por unidade de comprimido, como determina a RDC ANVISA 80/2006
115.	5.000	PROMETAZINA, CLORIDRATO DE;	50 MG (25 MG/ML)	AMPOLA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA: IM
116.	600	PROPANOLOL	40 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
117.	150	PROXIMETACAINA; CLORIDRATO	5 MG/ML	FRASCO 5 ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL. VIA: TÓPICA OCULAR

118.	4.000	RINGER LACTATO		BOLSA 500ML SISTEMA FECHADO VIA:EV
119.	200	RIVAROXABANA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
120.	200	RETINOL (ACETATO), AMINOÁCIDOS, METIONINA, CLORANFENICOL	10.000 UI%, 2,5% 0,5%, 0,5%	BISNAGA 3,5G - POMADA OFTÁLMICA
121.	1.000	SINVASTATINA	20 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
122.	500	SUXAMETÔNIO, CLORETO	100 MG	PÓ INJETÁVEL VIA: EV/IM
123.	1.000	TANSULOSINA, CLORIDRATO	0,4 MG	COMPRIMIDO VIA:ORAL
124.	50	TETRACAÍNA, CLORIDRATO + FENILEFRINA, CLORIDRATO	1% + 0,1%	FRASCO 10ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL. VIA: TÓPICA OCULAR

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade de aquisição de materiais farmacológicos se justifica pela importância de manter o estoque de medicamentos essenciais para o atendimento das demandas da unidade de saúde, garantindo assim, o atendimento adequado aos pacientes. Esta contratação segue os princípios da Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública para a administração pública, em seu artigo 5º, visa assegurar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4. DA FORMA E DO PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO

4.1. Os insumos serão fornecidos de acordo com as reais necessidades apresentadas pelo Setor de Almoxarifado da Unidade Consumidora, devendo a entrega destes ser efetuada na **UPA – Unidade de Pronto Atendimento de Assis, Rua Osmar Luchini, 670 – Jardim Aeroporto, no município de Assis**, que através da FEMA emitirá os pedidos diretamente à contratada.

4.2. A contratada deverá fornecer os produtos necessários por sua conta, sem qualquer ônus ou encargo para a FEMA.



Fundação Educacional do Município de Assis

Campus “José Santilli Sobrinho”

4.3. A entrega deverá ser de segunda a sexta-feira, das 09h às 16h. Informa-se ainda que a Instituição supramencionada não tem expediente aos sábados, domingos e feriados.

4.4. A entrega dos itens licitados deverá ser realizada em **ATÉ** 10 (dez) dias corridos contados da transmissão do pedido para a Detentora.

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1. O recebimento do objeto será conforme os critérios estabelecidos na Lei 14.133/2021, artigo 40, que trata do recebimento provisório e definitivo dos objetos contratados, mediante termos circunstanciados e após verificação da conformidade dos materiais com as especificações.

6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A fiscalização do contrato será realizada por um representante da administração, designado conforme o artigo 116 da Lei 14.133/2021, responsável por acompanhar e garantir a execução fiel do contrato.

7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os requisitos de habilitação seguirão o disposto no artigo 35 da Lei 14.133/2021, incluindo a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, dentre outros documentos que podem ser exigidos conforme o edital.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. Os critérios de sustentabilidade serão observados conforme o artigo 12 da Lei 14.133/2021, privilegiando-se produtos que causem menor dano ao meio ambiente e incentivando práticas de desenvolvimento sustentável.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da contratada incluem a entrega dos produtos dentro dos prazos estipulados, a garantia da qualidade e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas demandadas, além do cumprimento das normativas sanitárias vigentes.



Fundação Educacional do Município de Assis

Campus “José Santilli Sobrinho”

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. As obrigações da contratante incluem o pagamento pelos produtos entregues conforme as condições estabelecidas em contrato, além de proporcionar as condições necessárias para que a contratada execute o serviço adequadamente.

11. DO PREÇO

11.1. O preço será definido com base em pesquisa de mercado, buscando a proposta mais vantajosa para a administração pública, considerando a melhor técnica e o menor custo, conforme artigo 28 da Lei 14.133/2021.

11.2. Justificativa do preço: A justificativa para o preço contratado baseia-se na análise de orçamentos coletados de diversos fornecedores, considerando a qualidade, a viabilidade e o custo-benefício dos materiais farmacológicos, em conformidade com os princípios de economicidade e eficiência.

12. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. As condições e forma de pagamento serão detalhadas no contrato/ata de registro de preços, observado o disposto no artigo 55 da Lei 14.133/2021, que prevê prazos e critérios para pagamento, visando garantir a liquidez financeira e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

A vigência do contrato será estabelecida com base nas necessidades da administração pública e na estimativa de consumo, sem exceder o limite temporal de 24 meses conforme determina o artigo 84 da Lei 14.133/2021.

14. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. As sanções aplicáveis em caso de inexecução ou execução parcial do contrato seguirão o disposto no artigo 6º da Lei 14.133/2021, podendo incluir advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL



Fundação Educacional do Município de Assis

Campus “José Santilli Sobrinho”

15.1. A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, por ato unilateral da administração, por razões de interesse público, descumprimento das cláusulas contratuais ou extinção da empresa, conforme artigo 78 da Lei 14.133/2021.

Assis, 27 de maio de 2024.

Eduardo Aparecido de Souza

Chefe de Sessão

Juliana S De Nigris Batista

Chefe de Sessão

Nivaldo Aparecido de Melo

Coordenador Administrativo



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

MINUTA

PROCESSO Nº XXX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

SÍNTESE DO CERTAME	
Departamento/ Setor/ Órgãos Solicitante:	
Objeto: Registro de Preços para XX, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.	
Regência	Lei nº 14.133/2021
Natureza do objeto	Registro de Preços (SRP) visando aquisição
Início da Sessão Eletrônica: XX/XX/2024 às 09:00h	
Sistema Eletrônico Utilizado: FIORILLI	
Endereço Eletrônico: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Endereço para retirada do Edital: https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/	
Valor Estimado	Total: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX
Origem dos Recursos	Próprio
Participação - MEI / ME / EPP	Licitação de Ampla Participação.
Modo de disputa	Aberto
Forma de apresentação da proposta	Por item
Critério de julgamento	Por item
Dotação orçamentária	Indicada no momento de cada contratação
Instrumento contratual	ARP - Ata de Registro de Preços + empenhos
INFORMAÇÕES	
Pregoeira: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, Assis/SP (CEP: 19807-130)	



Sumário

1. DO OBJETO	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	16
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS	22
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	23
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	34
12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES	34
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	34
HILÁRIO VETORE NETO	36

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024 - PROCESSO Nº XX/2024

A FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 51.501.559/0001-36, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.200 – Vila Nova Santana, no município de Assis, Estado de São Paulo (19.807-130), por intermédio de seu Diretor Executivo, Senhor **HILÁRIO VETORE NETO**, possuidor do CPF nº 297.742.398-22 e do RG nº 32.752.050-4, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: XX (XXX) de XXXXX de 2024 Horário: 9h (horário de Brasília-DF)

Sistema Eletrônico Utilizado: FIORILLI

Endereço Eletrônico: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Licitação ampla participação Modo de disputa: Aberto

Critério de julgamento: Menor preço por item **Endereço para retirada do**

Edital: <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/>

Origem dos recursos: próprios.

A licitação será dirigida pelo Pregoeiro Oficial da FEMA, auxiliado pelas equipes de apoio designadas pela Portaria nº XX/2024, que dispõe sobre a designação da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio.

Esta licitação se faz nos termos do que permite o art. 181 da Lei nº 14.133/2021 e se destina em atender os órgãos solicitantes indicados neste edital.

1. DO OBJETO

- 1.1.** O objeto da presente licitação a formação de **REGISTRO DE PREÇOS, visando eventuais e futuras aquisição de** **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificado e descrito no Anexo I - Termo de Referência deste edital, visando eventuais e futuras contratações, para período de 12 (dozes) meses.
- 1.2.** São participantes deste certame os setores de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.
- 1.3.** Estimativa realizada na fase inicial sinalizou valor global médio de aquisição de R\$ **XXXXXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**), conforme documentos encartados ao processo respectivo, e irá onerar os recursos orçamentários indicados oportunamente no momento de cada contratação.
- 1.4.** O julgamento será pelo critério de menor preço por item.
- 1.5.** Nas contratações serão utilizados recursos próprios.
- 1.6.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- 2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

2.7. Além de cooperativa e de pessoa física, não poderá disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às especificações deste edital e seus anexos; Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.2. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial,

econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do(s) órgão(ões) ou entidade(s) contratante(s) ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP;

2.7.9. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo

próprio do sistema, que:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - b)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos,
 - c)** na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#); não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - d)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.** O modelo de declaração conjunta (Anexo III deste edital) oferece maior detalhamento das declarações que deverão ser apresentadas.
- 3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento

no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a)** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b)** o percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. Valor unitário, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo considerada a oferta de preço com até duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação;

- 4.3.** Marca, modelo, fabricante, etc., vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação;
- 4.4.** Descrição do objeto, contendo as informações equivalentes à especificação do Termo de Referência.
- 4.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.6.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.10.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
- 4.11.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.12.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas

normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**
- 5.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.9.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.11.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes,

inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, conforme tabela abaixo, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

5.13. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item.

ITEM DO TERMO DE REFERÊNCIA	LANCE MÍNIMO (R\$)	ITEM DO TERMO DE REFERÊNCIA	LANCE MÍNIMO (R\$)	ITEM DO TERMO DE REFERÊNCIA	LANCE MÍNIMO (R\$)
01		05		09	
02		06		10	
03		07		11	
04		08		12	

5.14. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **preço unitário do item**.

5.15. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.16. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.18. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.19. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.20. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.22. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir em tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas

e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.30. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.31. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.32. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.33. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.34. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de

lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.35.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.35.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.35.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.35.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.36. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.36.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.36.2. empresas brasileiras;

5.36.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.36.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá

negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.38. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.39. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.40. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.41. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.42. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.43. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item [2.7](#) e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

e) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos,

observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua

proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

6.13. Nesta licitação não será admitida proposta parcial, que não contemple todo o quantitativo licitado no item (inc.II art. 82, Lei nº 14.133/2021), ou com preterição de entrega.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser enviados para o correio eletrônico licitacao4@fema.edu.br

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.13. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio

do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/2021, art. 64](#)):

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao

presente edital.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, sendo concedido o prazo de no mínimo trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/>

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.** Homologado e Adjudicado o processo pela autoridade superior, terá a adjudicatária o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços com os municípios, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.2.** O prazo aqui previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e desde que aceita pela FEMA.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento equivalente, a Administração do contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.4. Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irredutível, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d”, do inciso I do art. 124 da Lei nº 13.144/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado. As hipóteses para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação exigem a superveniência de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da(s) contratação(ões) tal como pactuado.

9.5. A Ata obedecerá ao modelo em forma de anexo ao edital e que será ajustado na fase de sua formalização.

9.6. A Ata de Registro de Preços deverá registrar o preço e o fornecedor do produto, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

9.7. Colhidas as assinaturas, a FEMA deverá providenciar a imediata publicação da Ata, conforme exigência legal. O preço registrado deverá permanecer disponibilizado no site da fundação enquanto viger a Ata respectiva, além da plataforma governamental Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

9.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado do encerramento da licitação, podendo ser prorrogado por novo período de 01 (um) ano, no interesse da Administração, desde que mantida

vantajosidade do preço registrado.

9.8.1. em caso da prorrogação da vigência da ARP, o(s) preço(s) poderá(ão) reajustado(s) pelo IPCA-IBGE desde que haja acordo entre as partes.

9.8.2. a vantajosidade do preço registrado deverá ser comprovada pela FEMA, no seu processo, através de pesquisa de mercado, na forma da lei.

9.9. A existência de preço registrado não obriga a FEMA em firmar a contratação que dele poderá advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

9.10. As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades da FEMA e se fará por meio da emissão de autorização de compra diretamente à empresa detentora da Ata, autorização que será acompanhada da respectiva nota de empenho prévio, transmitidos por quaisquer meios de comunicação possível (fax ou e-mail). A detentora da Ata deverá, através de prévio contato com a FEMA, indicar todos os meios que possui visando dar maior rapidez aos atendimentos.

9.11. A transmissão do instrumento de compra fica condicionada a atualização, pelo fornecedor, de sua regularidade fiscal e trabalhista.

9.12. Com a finalidade de ser mantida a vantajosidade da(s) contratação(ões), periodicamente a FEMA deverá pesquisar os preços efetivamente praticados pelo mercado e, somente autorizar e determinar a contratação se constatar que o preço registrado está de acordo com o praticado pelo mercado, certificando tal condição nos autos de seu processo.

9.13. Se, por ocasião da formalização da Ata, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista estiver com os prazos de validade vencidos,

a FEMA certificará a regularidade e anexará os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

a) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.14. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura da Ata, a regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.15. A empresa Detentora da Ata se obriga em manter, durante toda a execução do ajuste, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso das contratações, algum documento perder a validade.

9.16. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público; à qual incluem as situações em que a detentora da ata: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.16.1. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.16.2. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar

superior àqueles praticados no mercado; ou

sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.16.3. a pedido do fornecedor, mediante apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

9.16.4. não comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento, a detentora cometerá infração administrativa, se sujeitando às sanções previstas no item 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES deste edital.

9.17. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, se extingue automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

9.18. As condições e os critérios de medição e de pagamento estão definidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

9.19. A minuta da Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e à gestão.

9.20. É vedada a adesão à(s) Ata(s) de Registro de Preços, de não participante do certame, os termos do § 3º, II, do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

9.21. Para a formalização, ou eventual prorrogação da ARP, a FEMA deverá *“verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo”*, para atendimento do disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou o contratado e ainda, a detentora da ARP que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 10.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado,
- 10.1.3.** não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.4.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.5.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.6.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.7.** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.8.** não celebrar o contrato ou a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.9.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.10.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.11.** praticar ato fraudulento
- 10.1.12.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.12.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.12.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.12.3.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.1.12.4.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
 - 10.1.12.5.** deixar de apresentar amostra, ou apresentá-la falsificada ou deteriorada.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.2.2. as peculiaridades do caso concreto

10.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.6. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, e garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada aos licitantes, adjudicatários, contratados e ou detentores de ARP as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.6.1. advertência;

10.2.6.2. multa;

10.2.6.3. impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. A penalidade de advertência será aplicada à detentora do preço registrado, quando esta der causa à inexecução parcial da(s) contratação(ões), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4. Será aplicada pela FEMA, exclusivamente, na inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

10.5. A penalidade de multa será aplicada ou à Detentora da Ata que der causa à inexecução parcial da(s) contratação(ões), nas seguintes proporções:

10.5.1. moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.5.2. moratória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela

inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

10.6. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se, a Detentora, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor registrado, autorizando a Administração a promover a extinção do contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. O licitante que não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após a negociação, incorrerá à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida (valor total do registro).

10.8. O adjudicatário que convocado, recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo marcado, incorrerá em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

10.9. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado ou à detentora da ata de registro, além da perda desse valor, a diferença cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.13. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao contratado ou à detentora do preço registrado, quando praticadas as condutas descritas

nos subitens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.10 do item 10.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

10.14. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9 do item 10.1 deste Edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

10.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.16. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.17. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.18. Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado ou à detentora da ata de registro de preços, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.20. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada

sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato/Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

10.21. A FEMA deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

10.22. A minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo do Edital) oferece maior detalhamento das sanções que poderão ser aplicadas em relação ao descumprimento das obrigações assumidas.

10.23. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo órgão contratante e decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos/atas que o contratado/detentora possua com o mesmo órgão contratante.

10.24. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis da FEMA, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.25. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.26. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.26. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.27. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.28. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.29. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo

prazo máximo de 3 (três) anos.

10.30. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021 (mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos).

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX](#).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

12.1. Estão dispostas na minuta da ata de registro de preços.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no

mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.fema.edu.br/compras-e-licitacoes/> .

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo de Proposta;

Anexo III - Modelo de Declaração conjunta;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP).

Assis, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

HILÁRIO VETORE NETO

Diretor Executivo



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2024
EDITAL Nº XXX/2024

(Inserido Posteriormente)





Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

- (1. Uso obrigatório por todas as proponentes)
- (2. Proposta inicial **NÃO DEVE** conter nenhuma identificação da proponente)
- (3. Proposta readequada com identificação da proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
XXX/2024 PROCESSO Nº
XXX/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA A FEMa

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, CPF nº e RG nº....., (endereço), propõe fornecer à FEMa, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº/2024, conforme abaixo discriminado:

PROPOSTA					
ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO COMPLETA DO PRODUTO OFERTADO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos



sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias ao fornecimento do objeto.

O prazo de fornecimento (entrega) é de até XX (XXXXXXXXXXXX) dias corridos contados a partir da data de recebimento do pedido, com empenho, emitido pela FEMA.

O(s) produto(s) atende(m) integralmente às descrições e condições do Termo de Referência.

..... de de 2024.

(nome, CPF, cargo e assinatura do responsável)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ref. - PREGÃO ELETRÔNICO

Nº XXX/2024

PROCESSO Nº

XXX/2024

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº , sediada, (endereço completo) DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

a) que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021:

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

b) (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) que estamos ciente da limitação dos benefícios prevista no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, relacionados com a receita bruta máxima obtida para fins de enquadramento;

c) (somente para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada, cujos termos declara conhecer na íntegra.

d) que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

e) que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

g) que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei 14.133/2021.

h) que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

i) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relacionadas com o objeto da licitação;

j) que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

k) que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/2002.

l) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à FEMA, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(Local e Data)

(Responsável legal, CPF e assinatura)

conforme dados da planilha a seguir.

ITEM	QUANT	APRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO/MARCA/MODELO/ETC.	VALOR (R\$)	
				UNIT	TOTAL
VALOR GLOBAL (R\$)					

1.2. Considera-se parte integrante da presente Ata, como se nela estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2024 e seus Anexos;
- b) Proposta apresentada pela contratada; e
- c) Ata(s) da sessão do Pregão referido.

CLÁUSULA II - PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

2.1. A entrega do produto do preço registrado será efetuada de acordo com as necessidades da FEMA, após a prévia autorização requisitória acompanhada da nota de empenho respectiva.

2.2. A confirmação do pedido será repassada à Detentora pelos meios existentes de comunicação de forma a abreviar o feito (e-mail), e estará condicionada a atualização, pela Detentora, de sua regularidade fiscal e trabalhista.

2.3. Local de entrega dos produtos contratados: - XXXXXXXXXXXXXXXX, localizada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX - XXXXXXXXXXXXXXXX, no município de XXXXXX/SP, correndo por conta da Detentora todas as despesas pertinentes, tais como transporte, embalagens, descarga, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.4. Entregue, o objeto será recebido por servidor designado pela FEMA:

2.4.1. Provisoriamente, após vistoria completa realizada no ato da entrega;

2.4.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento provisório.

2.4.3. A entrega deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da transmissão do pedido para a Detentora.

2.5. Constatadas irregularidades no objeto, a FEMA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

2.5.1. Rejeitá-lo se não corresponder às especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital, determinando sua substituição/correção;

2.5.2. Em caso de defeito, ou desconformidade com o Termo de Referência, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização ou substituição.

2.6. Após o recebimento dos produtos, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

2.7. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil pela solidez, segurança e funcionamento do(s) produto(s) fornecido(s).

CLÁUSULA III - VIGÊNCIA DA ATA E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1. O prazo de vigência deste Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da data do encerramento da licitação.

3.2. Extingue-se automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

3.3. Poderá ser prorrogada por mais 01 (um) ano, desde que seja de interesse da FEMA e que seja comprovada a vantajosidade do preço:

3.3.1. Em caso da prorrogação da vigência da ARP, e desde que haja acordo entre as partes, o(s) preço(s) registrados poderá(ão) ser reajustado(s) pelo IPCA-IBGE relativo aos 12 (doze) últimos meses já publicados, sem prejuízo da manutenção da vantajosidade do(s) preço(s).

a) a vantajosidade do preço registrado deverá ser comprovada pela FEMA, no seu processo, através de pesquisa de mercado realizado na forma da Lei.

3.4. Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações:

3.4.1. Quando, e se houver, após criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços, conforme dispõe o artigo nº 134 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.2. Para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do “contrato” em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato/ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato/ata, conforme dispõe a alínea “d” do inciso II do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.3. Na ocorrência da criação ou da majoração de tributos incidentes, bem como do desequilíbrio contratual, caberá à Detentora, exclusivamente, a sua comprovação.

3.4.4. A FEMA responderá aos pedidos eventuais de repactuação de preço ou do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

3.4.5. Comprovada redução do preço praticado no mercado nas mesmas condições do registro, ou alteração negativa ou ainda a extinção de tributos incidentes, o novo preço máximo a ser pago, a Detentora será convocada pela FEMA para a devida alteração do valor registrado.

3.4.6. Mesmo comprovada a ocorrência das situações acima previstas a FEMA, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata para possibilitar que se inicie outro procedimento licitatório.

3.4.7. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços a FEMA

não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV - PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O pagamento relativo à cada parcela será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento definitivo do produto.

4.2. O documento fiscal que apresentar incorreções será devolvido à Detentora e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item acima, contado da data de apresentação correta do documento fiscal.

4.3. O pagamento será efetuado:

4.3.1. mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Detentora, que deverá indicar o número de sua conta corrente e agência correspondente;

4.3.2. através de boleto bancário, devendo nesse caso a nota estar acompanhada do boleto bancário, não sendo admitida cobrança pela emissão do boleto.

4.4. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da detentora/contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

4.5. Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas com as aquisições oriundas da presente Ata de Registro de Preços irão onerar o orçamento da FEMA existentes no exercício em curso.

4.6. A dotação orçamentária será indicada no momento de cada contratação.

4.7. Para o exercício seguinte, se for o caso, a FEMA se obriga em consignar em sua peça orçamentária os recursos necessários em valor suficiente.

CLÁUSULA V - DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

5.1. Contratar com a FEMA, nas condições previstas no Edital do Pregão referenciado, e no preço registrado nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

5.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, caso houver, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

5.4. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços, ou autoridade superior, (art. 37, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em lei Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

5.6. Manter, durante toda vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela licitação.

5.7. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente Registro de Preços, salvo motivo justificado e autorização expressa da FEMA.

5.8. Entregar o produto, com as especificações compatíveis com a proposta, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento do pedido, acompanhado da Nota de Empenho prévio, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser justificados e apresentados dentro do

prazo de vencimento, para serem submetidos à apreciação superior.

5.9. A Detentora declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA VI - DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FEMA

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora da Ata;

6.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar a detentora do preço registrado, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, às suas expensas.

6.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Efetuar o pagamento à detentora/contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecido.

6.6. Aplicar à detentora do preço registrado as sanções previstas na lei, edital do certame e seus anexos.

6.7. Comunicar a Detentora, imediatamente, por escrito preferencialmente, quando constatada qualquer irregularidade inerente ao objeto, prestando a essa todos os esclarecimentos necessários e oportunos pertinentes ao constatado.

6.8. A FEMA designa, para efeitos de acompanhamento da execução contratual:

Gestor:, CPF nº

Fiscal:, CPF nº

Fiscal Substituto:, CPF nº (se for o caso)

6.9. Constitui, ainda, obrigação e responsabilidade da FEMA, a disponibilização da presente Ata de Registro de Preços, e de possíveis aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, observado o prazo definido no inciso I do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VII - HIPÓTESES DE CANCELAMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

7.1. O cancelamento da presente Ata de Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento de sua execução, devidamente comprovados e justificados:

7.1.1. por razão de interesse público, à qual incluem as situações em que a Detentora:

7.1.1.1. descumprir as condições pactuadas;

7.1.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.1.4. a pedido da Detentora, mediante apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento;

7.1.1.5. por iniciativa da FEMA na situação do subitem 3.6.1 desta Ata.

7.2. Não comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento, a detentora cometerá infração administrativa, se sujeitando às sanções previstas na CLÁUSULA VIII - SANÇÕES, desta ARP.

CLÁUSULA VIII - SANÇÕES

8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura da

presente Ata de Registro de Preços autorizam, desde já, a sua rescisão unilateral independentemente de interpelação judicial, sem prejuízo das demais penalidades e ou sanções.

8.2. A aplicação das penalidades não impede a FEMA de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados, decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela Detentora.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei e, observado o disposto no edital da licitação, a Detentora que, com dolo ou culpa praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

8.4. Com fulcro no artigo 156 da [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Detentora as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.4.1. advertência;

8.4.2. multa;

8.4.3. impedimento de licitar e contratar e

8.4.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

8.6. A sanção de advertência será aplicada, exclusivamente, quando a Detentora dar causa à inexecução parcial do contrato/ARP.

8.7. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, poderá ser aplicada, à Detentora, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não

cumprida.

8.8. O atraso injustificado na entrega da parcela de produto sujeitará a Detentora à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

8.8.1. Multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

8.8.2. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso; e,

8.8.3. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sujeitando-se a Detentora a aplicação da multa no subitem 8.6 desta ARP.

8.9. As multas acima referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 13.144/2021.

8.10. No caso de rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços (ARP), a Detentora reconhece os direitos da FEMA de aplicar as sanções previstas no edital, na própria ARP e na legislação que rege a licitação.

8.11. A aplicação de quaisquer sanções referidas não afasta a responsabilidade civil da Detentora pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

8.12. A aplicação das penalidades não impede a FEMA de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados, decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela Detentora.

8.13. No caso de a Detentora estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão/cancelamento da ARP, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

8.14. No caso de a Detentora estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão/cancelamento da ARP, sem prejuízo da aplicação das

demais cominações legais.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária/contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, Art. 137 “caput”.

8.16. A(s) multa(s) será(ão) recolhida(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.17. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente, à penalidade de multa.

8.18. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.19. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, cuja duração observará o prazo previsto no seu [art. 156, §5º](#) (03 a 06 anos).

8.20. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.21. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar,

contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.22. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.23. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.24. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA IX - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA X - DIPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Fica eleito o Foro de Assis/SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata não resolvidas na esfera administrativa.

10.2. Aplica-se, na execução da presente Ata de Registro de Preços, as disposições da Lei nº 14.133/2021, inclusive aos casos omissos.



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

10.3. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

....., de de 2024.

As partes:

Hilário Vetore Neto – Diretor Executivo
CPF nº xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxx - Representante Legal
CPF nº xxxxxxxxx

.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº

.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº

Assinado por 3 pessoas: JULIANA DE NIGRIS, NIVALDO APARECIDO DE MELO e EDUARDO APARECIDO DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://fema.1doc.com.br/verificacao/CEFC-C60E-DD9D-DC3C> e informe o código CEFC-C60E-DD9D-DC3C





Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA, CNPJ nº, com sede na Rua/Av., no município de/SP.

DETENTORA:, CNPJ nº, estabelecida na Rua/Av., no município de/....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX /2024.

OBJETO: Valor total do registro: R\$

ADVOGADO(s)/Nº OAB/e-mail: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de



Processo Civil;

- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

....., de de 2024.

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome e Cargo: Hilário Vetore Neto

Diretor Executivo - CPF nº

XXXXXXXXXXXX

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela contratante:

Nome e Cargo: Hilário Vetore Neto – Diretor Executivo

Pela contratada:

Nome e Cargo:..... - Representante Legal

CPF nº



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CEFC-C60E-DD9D-DC3C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JULIANA DE NIGRIS (CPF 384.XXX.XXX-04) em 27/05/2024 17:19:31 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ NIVALDO APARECIDO DE MELO (CPF 061.XXX.XXX-86) em 28/05/2024 08:20:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ EDUARDO APARECIDO DE SOUZA (CPF 138.XXX.XXX-37) em 28/05/2024 09:20:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fema.1doc.com.br/verificacao/CEFC-C60E-DD9D-DC3C>